

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO LESTE MINEIRO – SUPRAM/L.M.

### ADENDO AO PARECER JURÍDICO

**Processo nº:** 00014/1985/080/2006  
**Referente:** Controle de legalidade do Auto de Infração nº: 003347/2005  
**Empreendimento:** ACESITA S.A.

### CONTROLE DE LEGALIDADE

Em 20/12/2005 foi lavrado o Auto de Infração nº 003347/2005, em face de ACESITA S.A., por estar incurso nos atos ilícitos tipificados no inciso 2 do § 3º, do art. 19 do Decreto 39.424/98, resultando na imposição de multa no valor total de R\$ 53.206,06 (cinquenta e três mil duzentos e seis reais e seis centavos), nos termos do processo administrativo nº 00014/1985/080/2006.

Notificado do Auto em 30/12/2005 (A.R. de fls. 07), o empreendedor apresentou defesa tempestiva em 19/01/2006 (fls. 08). A FEAM elaborou parecer técnico e jurídico, opinando pela manutenção da multa constante do Auto de Infração.

O parecer da FEAM opina pela aplicação da multa no valor de R\$ 53.206,06 (cinquenta e três mil duzentos e seis reais e seis centavos), nos termos do inciso 2 do § 3º, do art. 19 do Decreto 39.424/98.

Todavia, em virtude da publicação do Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008 que revoga expressamente o Decreto nº 44.309/2006, bem como, em observância ao Princípio da Legalidade a que está adstrita a Administração Pública, necessária se faz a adequação dos processos referentes à fiscalização e aplicação de penalidades iniciados antes da publicação do Decreto 44.844/2008 e que até esta data não possuem decisão definitiva na esfera administrativa.

O ato infracionário cometido pelo autuado ocorreu ainda na vigência do Decreto 39.424/98. Este foi expressamente revogado pelo Decreto 44.309/2006, cuja regra de transição disposta no art. 104 determina que, para os processos de fiscalização e aplicação de penalidades iniciados na vigência

Rua Vinte Oito, 100, Ilha dos Araújo – Governador Valadares/ MG  
CEP 35.020-800 – Tel: (33) 3271-4988/ (33) 3271-4935  
Correio Eletrônico: copamleste@yahoo.com.br



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO LESTE MINEIRO – SUPRAM/LM.**

do Decreto anterior e sem decisão administrativa definitiva, serão regidas pelas regras da legislação anterior.

Todavia, em 25/06/2008 entrou em vigor o Decreto 44.844/2008, revogando expressamente o Decreto 44.309/2006 e determinando no seu art. 36 que, para os processos de aplicação de penalidades e fiscalização, iniciados na vigência do Decreto anterior, sem decisão definitiva na esfera administrativa, deve ser aplicada a regra do Decreto cuja penalidade for mais benéfica ao infrator.

O atual Decreto prevê, em seu Código 114, Anexo I, a penalidade descrita no Auto de Infração de natureza gravíssima. No entanto, reduz o valor da pena-base da multa simples para a quantia de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais).

Assim, deve prevalecer a penalidade imposta ao empreendimento ACESITA S.A. prevista no Decreto 44.844/08, Código 114, Anexo I, no valor de R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais), por ser mais benéfica.

Governador Valadares, 16 de dezembro de 2008.

  
**Emerson de Souza Perini**

*Superintendência Regional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste Mineiro*  
**SUPRAM/LM**  
*Analista Ambiental/Direito*